

**PROPOSTA DE ANÁLISE TEXTUAL CONTRASTIVA  
DE TEXTOS JURÍDICOS: O CASO DO GÊNERO  
«PROCURAÇÃO» SOB A PERSPETIVA  
DA TRADUÇÃO PORTUGUÊS-ITALIANO**

**PROPOSAL FOR CONTRASTIVE TEXTUAL ANALYSIS OF  
LEGAL TEXTS: THE CASE OF THE «POWER OF ATTORNEY»  
GENRE FROM THE PERSPECTIVE  
OF THE PORTUGUESE-ITALIAN TRANSLATION**

**Elisa Alberani**

Università degli Studi di Milano,  
Facoltà di Lettere e Filosofia,  
Dipartimento di Lingue, Letterature, Culture e Mediazioni  
<https://orcid.org/0000-0001-7846-5631>

**RESUMO:** O presente artigo visa mostrar os resultados de um estudo, ainda parcial, sobre a análise textual contrastiva de textos jurídicos pertencentes ao género textual procuração em língua portuguesa e italiana. Trata-se de um estudo permeado pela perspetiva da tradução na combinação linguística português-italiano e apoiado pelos pressupostos da Retórica Intercultural, da análise do discurso de especialidade baseada em corpora e das teorias dos géneros textuais na visão de Bhatia (1993), Miller (1994) e Adam (2017). O *corpus* (bilingue, comparável, de pequenas dimensões) é composto por 40 textos em português e 40 em italiano, datáveis entre 2008 e 2020, e foi estudado através da análise multiníveis (Elena, 2008; Holl, 2011), examinando os níveis funcional, situa-

cional, temático e formal-gramatical de cada texto selecionado. Foi identificada a frequência de uso de expressões e unidades «próprias» do gênero selecionado, comparando as ocorrências dessas unidades em italiano e português, para tentar realizar uma observação intralinguística e interlinguística dos textos, destacando as características prototípicas estruturais, funcionais, linguísticas e gramaticais de cada *corpus*.

**Palavras-chave:** análise contrastiva, tradução português-italiano, gênero procuração, Retórica Intercultural, análise do discurso.

**ABSTRACT:** This article aims to show the results of a study, still partial, on the contrastive textual analysis of legal texts belonging to the textual genre *power of attorney* in Portuguese and Italian. This is a study permeated by the perspective of translation in the Portuguese-Italian linguistic combination and supported by the assumptions of Intercultural Rhetoric, analysis of specialized discourse based on corpora and theories of textual genres in the view of Bhatia (1993), Miller (1994) and Adam (2017). The *corpus* (bilingual, comparable, of small dimensions) is composed of 40 texts in Portuguese and 40 in Italian, datable between 2008 and 2020, and was studied through multilevel analysis (Elena, 2008; Holl, 2011), examining the functional, situational, thematic, and formal-grammatical aspects of each selected text. The frequency of use of «proper» expressions and units of the selected genre was identified, comparing the occurrences of these units in Italian and Portuguese, to try to carry out an intralinguistic and interlinguistic observation of the texts, highlighting the structural, functional, linguistic, and grammatical prototypical characteristics of each *corpus*.

**Keywords:** contrastive analysis, Portuguese-Italian translation, power of attorney, Intercultural Rhetoric, discourse analysis.

## **Proposta de análise textual contrastiva de textos jurídicos: o caso do género «procuração» sob a perspectiva da tradução português-italiano**

O objetivo deste artigo é proporcionar uma reflexão sobre a análise textual contrastiva de textos jurídicos pertencentes ao género textual procuração em língua portuguesa e italiana. Trata-se de um estudo permeado pela perspectiva da tradução na combinação linguística português-italiano e apoiado pelos pressupostos da Retórica Intercultural (Connor, 2004), da análise do discurso de especialidade baseada em corpora – cf. Sinclair (2004) e Tognini-Bonelli (2001) – e das teorias dos géneros textuais na visão de Bhatia (1993), Miller (1994) e Adam (2017): três linhas de pesquisa que se influenciam reciprocamente e instauram um diálogo incessante.

### **1. Introdução metodológica**

Metodologicamente, o ponto de partida da nossa análise foram alguns elementos da Retórica Intercultural, como teorizados por Ulla Connor: falamos de Retórica Intercultural e não só contrastiva porque na visão desta autora, sobretudo a partir do seu artigo *Intercultural rhetoric research: beyond texts* de 2004, esta definição inclui também a Retórica Contrastiva, que estuda a variação de géneros discursivos em diferentes culturas, apresentando como objetivo principal a análise de textos produzidos por falantes de diferentes línguas, com diferentes finalidades. O que nos interessa é a análise da existência de estilos, de construções discursivas, de elementos pragmáticos, específicos em cada comunidade linguística, e a verbalização em cada cultura de diferentes géneros e tipologias textuais. Ulla Connor fala de Retórica Intercultural para apresentar uma metodologia mais abrangente, mas ao mesmo tempo peculiar, de análise textual, ou seja, uma negociação entre autor e leitor em

contextos reais e atuais. Portanto, o foco do nosso estudo são textos escritos equivalentes (comparação do mesmo gênero nas culturas envolvidas) e, evidentemente, produzidos em diferentes contextos linguísticos e culturais. Trata-se de uma análise comparativa e contrastiva, que, através da visão Intercultural da Retórica indaga as ligações entre as culturas e estimula a examinar a comunicação em ação.

Connor (2004, p.292) chama a atenção para a conexão da Retórica Intercultural com outras abordagens: a análise textual, seguindo os pressupostos da linguística textual, a análise de gênero e análise de *corpus*, com base na visão metodológica da Linguística de Corpus. A autora insiste em superar as barreiras impostas pelo texto para estudar os contextos em que a escrita e o uso da linguagem na interação social ocorrem, retomando também os estudos funcionalistas, sobretudo a evolução destes nas teorias de Christiane Nord (1991) que se focalizam nomeadamente no contexto, no gênero e em todos os elementos extra e intratextuais – no caso em apreço, de todos os textos em língua portuguesa e italiana pertencentes ao *corpus* comparável.

A Retórica Intercultural, portanto, vai ser útil na análise do gênero *procuração*, para examinar os movimentos retóricos e pragmáticos. Com estes pressupostos, refletimos sobre a questão do gênero textual e procedemos à criação de um *corpus* comparável. Tomando como ponto de partida os estudos de Bhatia (1993), analisámos as peculiaridades do gênero textual escolhido. O autor, retomando e desenvolvendo o pensamento de Swales (1990)<sup>1</sup>, define o gênero «a recognizable communicative event characterized by a set of communicative purpose(s) identified and mutually understood by

---

<sup>1</sup> Swales (1990, p.58) define o gênero como um ato comunicativo que persegue uma finalidade concreta e que possui uma dimensão social reconhecível por uma dada comunidade linguística que compartilha os mesmos propósitos comunicativos.

the members of the professional or academic community in which it regularly occurs» (Bhatia, 1993, p.13). O ponto chave é o facto de que existe a possibilidade de que um mesmo género tenha mais de uma intenção e que os aspetos cognitivos e sociológicos são fundamentais para a sua construção, portanto, mais uma vez, sublinhando o seu forte dinamismo. É por essa razão que o mesmo género pode mudar de cultura para cultura e também na mesma cultura ao longo do tempo. Isso é claramente observado em grande parte dos estudos de Retórica Intercultural que abordam o género.

Uma outra estudiosa, Carolyn Miller,<sup>2</sup> fala do género como ação social, ou seja, uma concretização que acontece numa situação retórica em que indivíduos concebem os textos para responder a exigências sociais. Os membros da mesma comunidade devem ser capazes de responder apropriadamente a qualquer situação e ter sucesso nesta tarefa através do que Miller chama de *stock of knowledge* (1994, p.157), no qual o «novo» se torna familiar e acessível, através do reconhecimento de algumas similaridades e é precisamente através do «process of typification that we create recurrence, analogies, similarities. [...] The typified situation, including typifications of participants, underlies typification in rhetoric» (Ibid). Portanto, para que uma comunicação seja bem-sucedida, os participantes devem compartilhar *common types* e isso é possível precisamente porque esses tipos são criados socialmente.

Por falar em géneros textuais, o rótulo «tipos textuais» também é muito utilizado, considerando-se as duas denominações sinónimas. Na realidade, mesmo que ambas estructurem as formas do texto em relação às intenções, propósitos e convenções compartilhadas pela comunidade discursiva, existem diferenças conceituais bastante

---

<sup>2</sup> «a rhetorical sound definition of genre must be centered not on the substance or the form of discourse but on the action it is used to accomplish» (Miller, 1994, p. 151).

marcantes. Paolo Balboni (2000) define um tipo textual como um conceito universal que delinea a estrutura profunda do texto e que se realiza por meio de estruturas de superfície que são em parte universais, em parte estão ligadas a cada língua e cultura individualmente e em parte são funções do contexto. Essas várias modalidades reais de tipos de texto são chamadas de gêneros (2000, p.41)<sup>3</sup>. Os gêneros textuais podem ser definidos como categorias menos abstratas do que as tipologias textuais, já que a uma tipologia pode corresponder mais de um gênero, mas, por sua vez, um gênero pode fazer parte de várias tipologias, ao mesmo tempo<sup>4</sup> (Gualdo & Telve, 2011, p.38)<sup>5</sup>.

O linguista francês Jean-Michel Adam, nos seus numerosos estudos sobre o tema, também diferencia os tipos textuais dos gêneros, enfatizando que os primeiros têm a ver com a textualidade e os segundos com a discursividade. Embora seja correto buscar uma certa regularidade, é igualmente correto aceitar o que Adam define *flou catégoriel*, uma imprecisão categórica, e considerar os gêneros como convenções em equilíbrio entre dois princípios complementares: um princípio de identidade (definido centrípeto), voltado para o passado e a repetição e governado por regras (núcleo regulatório);

---

<sup>3</sup> «[...] per mezzo di strutture di superficie che in parte sono universali (in ogni cultura e lingua una lettera non può non avere un destinatario, un mittente ed un corpo centrale che racchiude le informazioni), in parte sono legate alle singole lingue e culture (una lettera italiana è diversa da una cinese o inglese, e una lettera inglese britannica è diversa da una inglese americana), in parte infine sono funzioni del contesto (una lettera può essere ufficiale, formale, informale, intima, ecc., e in ciascuna di queste varietà deve seguire regole ben definite). Queste diverse forme di realizzazione effettiva dei tipi di testo sono dette generi» (Balboni, 2000, p.41).

<sup>4</sup> Por exemplo, os contos de fadas podem ser considerados textos narrativos, mas, em certa medida, também textos argumentativos, por isso é um gênero pertencente simultaneamente a várias tipologias textuais. Ao mesmo tempo, à tipologia textual expositiva, nomeadamente, podem corresponder gêneros diferentes, como conferências acadêmicas, guias turísticos, verbetes dos dicionários...

<sup>5</sup> «a una tipologia possono corrispondere più generi testuali, ma a sua volta un genere può rientrare allo stesso tempo in più tipologie, e si può definire in base a quella che di volta in volta vi prevale (dominanza)» (Gualdo & Telve, 2011, p.38).

um princípio de diferença (centrífugo), voltado para o futuro, para a inovação e que muda as regras (variação) (Adam, 2001, p.16). Os gêneros são práticas sócio discursivas que vinculam – tanto no movimento de produção como no movimento de interpretação – um texto a uma formação sócio discursiva. De uma perspectiva interlinguística e intercultural, é essencial pensar os gêneros como estruturas articuladas e multidimensionais que se constituem pela combinação de elementos recorrentes.

Identificar e analisar o gênero significa, justamente, compreender em profundidade a situação comunicativa e discursiva em que o texto está inserido: trata-se de levar em consideração aquela dimensão vertical de que fala Michele Cortelazzo (1991), uma dimensão que se centra na variação diafásica, tendo, portanto, a ver com o aspeto sócio pragmático, no nosso caso de um texto escrito. Tanto as intenções comunicativas como a situação comunicativa irão assumir um papel de protagonista nesta dimensão de análise, superando a análise puramente linguística para identificar as funções e finalidades/intenções de um texto.

Um último elemento metodológico a referir diz respeito à questão da consulta ou criação de corpora que, como já referido, é fundamental e extremamente útil para uma análise contrastiva e comparativa, e representa um recurso essencial para um tradutor de especialidade. Para a criação do *corpus*, foram utilizadas as diretrizes de Sinclair (2004) e Tognini-Bonelli (2001) em relação à noção de *corpus de especialidade*, ou seja, uma amostra representativa de dados linguísticos que refletem o uso real da linguagem no contexto específico do discurso especializado. O *corpus* criado é monodisciplinar, apresenta textos com o mesmo nível de especialidade e o mesmo gênero textual. São todos textos escritos e do mesmo intervalo de tempo. Sendo um *corpus* comparável – e não paralelo – é composto por textos autênticos em italiano e português, não havendo correspondência direta entre os textos, pois os textos italianos não são traduções dos textos em português brasileiro (PB).

O *corpus* é composto por 40 procurações em PB e 40 procurações em italiano e apresenta textos datáveis entre 2008 e 2020. Quanto aos textos em português, foram entregues a uma agência de tradução italiana para serem traduzidos, enquanto os textos em italiano foram coletados por alguns escritórios de advocacia (obviamente após o cancelamento de todos os dados sensíveis). É um *corpus* bilingue comparável de pequenas dimensões, mas aberto e dinâmico, uma vez que existe a possibilidade de adicionar outros textos com as mesmas características. Todos os textos presentes no *corpus* são completos, na sua forma integral, da mesma época e escritos por especialistas. Na maioria dos casos, os textos já se encontravam em formato digital e bastava convertê-los para o formato *txt*; em outros casos, porém, os textos só existiam em papel e foi necessário transcrever e posteriormente convertê-los para o formato adequado para sua integração no *software* de interrogação (*AntConc*<sup>6</sup>).

## 2. Análise do *corpus*

Procedemos à investigação de cada texto pertencente ao *corpus* através de uma análise multinível (Elena, 2008, 2011; Holl, 2011), o que significa examinar os níveis funcional, situacional, temático e formal-gramatical de cada texto selecionado, com especial atenção à identificação da frequência de uso de expressões e unidades «próprias» do género selecionado, comparando as ocorrências dessas unidades em italiano e português e observando padrões de uso, frequência e colocação.

Em geral, refletindo também do ponto de vista da tradução, é necessário introduzir uma premissa, a saber, o facto de que o direito é uma construção cultural que reflete o sistema de valores

---

<sup>6</sup> Foi utilizado o software *AntConc* (Anthony, 2004, 2012), que pode ser baixado gratuitamente no *site* <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/> (10/05/2021).



de uma comunidade e isso significa que os princípios jurídicos e sua aplicação mudam de um país para outro (Bordonaba Zabalza, 2009, p.147). Portanto, o português jurídico não é uniforme e varia de acordo com os sistemas jurídicos (brasileiro, português, moçambicano, etc.). Isso não impede que em diversos ramos da jurisprudência os textos em português e em italiano apresentem uma correspondência temática que permite explorar uma perspectiva comparativo-contrastiva.

## 2.1. Análise multinível<sup>7</sup> macro e microestrutural<sup>8</sup>

O género «procuração»<sup>9</sup> é um género normativo, muito vinculativo, que enquanto ação social apresenta regularidades, contudo, realizando-se em situações de interação, pode apresentar contrastes (García Izquierdo, 2000).

O «atto di procura» é *l'atto unilaterale con cui un soggetto conferisce ad un altro il potere di rappresentarlo: il rappresentante, quindi, agirà in nome e per conto del rappresentato, impegnandolo direttamente nei confronti dei terzi* (art.º 317 del c.p.c., art.º 2957 del c.c.). No ordenamento jurídico italiano, existe, portanto, a possibilidade de uma pessoa efetivamente praticar atos em nome e por conta de outrem. A mesma possibilidade é prevista no ordenamento

---

<sup>7</sup> Funcional, situacional, de conteúdo semântico e formal-gramatical (cf. Elena, 2008 e Holl, 2011).

<sup>8</sup> Cf. Nord, 1991.

<sup>9</sup> «Do latim procuratio, de procurare (cuidar, tratar de negócio alheio, administrar coisa de outrem, ser procurador de alguém), na linguagem técnica do Direito, designa propriamente o instrumento de mandato, ou seja, o escrito ou o documento em que se outorga o mandato escrito, no qual se expressam os poderes conferidos. A procuração, pois, é a escritura do mandato, embora por extensão, sirva para designar o próprio mandato que, por ela, se confere. Na terminologia jurídica, a procuração recebe qualificações próprias, seja para distingui-la, conforme a soma dos poderes conferidos, seja para indicar o meio, em que vai ser utilizada, seja para esclarecer o modo por que foi outorgada» (Silva, 2007, p.347).

jurídico brasileiro, para o qual *a procuração, em seu uso comum, é o instrumento do mandato escrito, isto é, quando alguém recebe de outrem poderes, para em seu nome praticar atos ou administrar interesses* (Novo CPC – Lei n.º 13.105/15).

A procuração pode ser classificada como um «texto vinculativo cujos autores [...] atuam juridicamente no sentido de que os seus textos produzem os efeitos jurídicos previstos na lei como instituição»<sup>10</sup> (Wiesmann, 2011), com função performativa. É um texto

- a) inter-relacionado com outros textos jurídicos pertencentes, pelo menos principalmente, àquele ordenamento jurídico nacional,
- b) caracterizado por uma considerável complexidade linguística, que se manifesta a nível sintático e semântico, e c) caracterizado pelo recurso aos meios linguísticos típicos da linguagem jurídica<sup>11</sup> (Ibid.),

com um registo linguístico marcadamente formal.

A função textual é prescritiva, mas em alguns lugares a função informativa também está presente: características que podem ser encontradas tanto nas procurações brasileiras como nas italianas. Os interlocutores são o tabelião e as partes interessadas – geralmente o(os) procurador(es) e o(os) outorgante(s). Como já dissemos, embora a situação comunicativa envolva leigos, além de especialistas, o grau de especialidade dos textos em apreço é alto.

Analisando a macroestrutura dos textos do *corpus*, constatamos que o género «procuração» dificilmente muda, frequentemente apre-

---

<sup>10</sup> «testo vincolante i cui autori [...] agiscono giuridicamente nel senso che i loro testi producono gli effetti giuridici previsti dal diritto quale istituzione» (Wiesmann, 2011).

<sup>11</sup> «a) interrelato con altri testi giuridici appartenenti, almeno in prevalenza, a quell'ordinamento giuridico nazionale, b) contraddistinto da una notevole complessità linguistica, la quale si manifesta a livello sintattico e semantico, e c) caratterizzato dal ricorso ai mezzi linguistici tipici del linguaggio giuridico» (Ibid.).

senta um esquema fixo no qual a sucessão de informações respeita uma sequência de blocos textuais bem definidos. É possível encontrar essa rigidez quer nos modelos de procuração italiana quer brasileira, mas a sucessão em que as informações são fornecidas e, muitas vezes, também a quantidade de detalhes fornecidos são diferentes.

Na procuração brasileira é comum encontrar a seguinte sequência de informações:

1) tipo de procuração, frequentemente seguido pelo número do protocolo (*Procuração Pública; livro n° e folbas*);

2) identificação geográfica e temporal, seguida da identificação das pessoas envolvidas (*Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos, [...], nesta cidade de [...], capital do Estado do [...], perante mim, Tabeliã(o), compareceu como outorgante: [...]*);

3) objeto da procuração (*E, na minha presença, pelo outorgante me foi dito que por este público instrumento, nomeia e constitui sua bastante procuradora [...]*);

4) lista de poderes conferidos pelo representante (*[...] a quem concede amplos poderes para administrar e representar na frente de pública administração, bancos, autoridades públicas e particulares [...]. Representar na Justiça e dar encargo a proçessionais e advogados para representá-lo onde for necessário, e, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o cabal e fiel desempenho deste mandato.*);

5) declarações de certificação por parte do tabelião (*Certifico que a qualificação da outorgada, dados e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento, foram devidamente declarados e conferidos pelo outorgante, sendo deste toda responsabilidade, reservando-se, este ofício, no direito de não corrigir erros daí advindos.*);

6) local, data, assinatura, apostila e confirmação de autenticidade pelo tabelião (*Assim disse de que dou fé e me pediu este instrumento que lbe sendo lido em voz alta, achou conforme e assina abaixo, dispensando testemunhas ao ato, ex-vi do que dispõe XXX [...]. Eu, XXX, Tabeliã(o), mandei digitar a presente nos termos do Provimento [...], publicado no Diário Oficial deste Estado, edição do dia XXX, subscrevo, dato e assino em público e raso com o sinal que uso: dou fé. [...] Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização. [...] Em testemunho da verdade.*).

Embora as principais informações fornecidas pela procuração italiana sejam as mesmas, a estrutura é muito mais esquemática e menos complexa; a procuração brasileira é um texto mais rico e articulado (por exemplo, costuma ter um número muito maior de subordinadas). Também a procuração italiana se abre com:

1) o tipo de procuração, mas muitas vezes é seguido apenas pela referência ao artigo da lei a que se refere (*Procura Speciale (ai sensi dell'art. 1392 c.c.)*), enquanto na procuração brasileira as referências normativas costumam estar no próprio texto, na última parte do mesmo. Seguem-se:

2) a identificação do futuro representado, esquematicamente;

3) o objeto da procuração (*con il presente atto conferisce procura speciale e, per quanto infra generale, a [...]*);

4) identificação do procurador;

5) a lista de poderes conferidos pelo mandante (*A tal uopo viene conferita al nominato procuratore ogni più ampia e necessaria facoltà, comprese quelle di convenire [...], rinunciare [...], trasferire [...], identificare [...], consentire [...], sottoscrivere dichiarazioni e verbali, pagare [...], in genere fare tutto ciò che si renderà necessario ed utile, per il buon fine di questo mandato, anche se qui*

*non specificato, in modo che non possa esserle eccepito mancanza o imprecisione di poteri).*

6) declarações do mandante (*Il sottoscritto mandante, inoltre, dichiara di avere per rato e valido l'operato del suo procuratore fin da ora e senza bisogno di ulteriore ratifica o conferma. Il tutto con promessa di rato e valido e sotto gli obblighi di legge).*

7) autenticação de assinatura – que geralmente inclui o número do repertório, data e local – pelo Tabelião (*Io dott.... Notaio in..., iscritto nel Ruolo del Distretto Notarile di..., Certifico, che i Signori..., della cui identità personale io Notaio sono certo, hanno firmato in mia presenza l'atto che precede in calce al medesimo. In... nel mio studio alla via, addì...).*

Os exemplos apresentados, tanto em relação às procurações brasileiras como às italianas, pertencem ao subgênero textual de *procuração* em que o tabelião autentica a escritura. No entanto, é interessante notar uma diferença substancial que atinge toda a estrutura formal: na procuração brasileira quase sempre é o tabelião que é, desde o início, o principal sujeito da escritura, enquanto na procuração italiana é normalmente o outorgante/representado que declara em primeira pessoa e somente no final o Tabelião autentica o que é relatado. Trata-se de uma diferença bastante importante que leva ao uso de diferentes meios linguísticos e formais no processo de tradução para italiano.

É interessante observar outros três elementos: 1. no Brasil, é comum que conste, nas procurações, um elevado número de dados pessoais, ainda que algumas dessas informações não sejam diretamente relevantes para os propósitos do instrumento em questão; 2. em todas as procurações brasileiras do *corpus* os poderes são descritos de forma específica e detalhada, representando uma enumeração muito longa que normalmente não está presente nas procurações italianas; 3. as procurações brasileiras abrem-se sem-

pre com a tipologia de procuração, por exemplo através da frase *Procuração Pública na forma abaixo*, porque no Brasil existem dois tipos de procuração, a pública e a particular, sendo a primeira lavrada em cartório e a segunda lavrada e assinada pelo delegante (a assinatura fica então vinculada ao cartório). Em Itália não existem estes dois tipos, ou melhor, quando se trata de procuração pública é óbvio que esta é lavrada e visada pelo tabelião e que se trata de uma escritura pública, pelo que essa informação não é explicitada, enquanto a diferença entre a procuração com poderes gerais e a procuração com poderes especiais é a mesma nos dois sistemas jurídicos.

Foram observados também os elementos pragmático-discursivos, que consistem no grau de fixação temática que é demonstrada, nas procurações nas duas línguas, em estruturas como *pela presente nomeio e constituo/con il presente atto conferisce procura speciale e, per quanto infra generale* que conferem um valor específico, o que, segundo Bevilacqua (2004), dá à unidade um caráter estável. Com essa comparação, foi possível reconhecer algumas estruturas fixas, como, por exemplo, *o referido é verdade e dou fé; Em testemunho da verdade ou con promessa di rato e valido e sotto gli obblighi di legge, hanno firmato in mia presenza...*

Na análise microestrutural são examinados os aspetos grafémicos-ortográficos (por exemplo o uso de siglas e acrónimos), os aspetos léxico-semânticos (por exemplo arcaísmos, estrangeirismos, neologismos), os aspetos morfossintáticos (estilo, uso da forma passiva, fórmulas estereotipadas, subordinação múltipla...).

Portanto, através da análise microestrutural, como pode ser visto pelos exemplos acima, constatamos que as procurações brasileiras e italianas abundam em termos específicos, grupos nominais e frases no infinitivo, mas se nos textos brasileiros o uso abundante de hipotaxes, participios e formas passivas, pode levar a dificuldades de coesão, nos textos italianos o uso predominante de parataxe e

tempos simples leva a uma decodificação mais rápida, mesmo para não especialistas.

Apesar de o objetivo crucial deste género ser a transferência de informação, no Brasil este apresenta-se formado por frases longas e complexas, devido, a nível de sintaxe, às orações subordinadas (sobretudo relativas e explicativas).

Se o estilo nas procurações brasileiras é marcado pela impessoalidade, sendo muito formal, erudito e técnico, nos textos italianos encontramos um estilo impessoal e formal, mas com elevado sentido prático, com uso de frases relativamente curtas. São características que podemos encontrar também nos sintagmas nominais e nas numerosas fórmulas estereotipadas: por exemplo, a frase *Em testemunho da verdade* encontra o seu equivalente em outra fórmula muito mais sintética, *In fede*. Da mesma forma, termos como *portador* ou *inscrito* (*portador do Passaporte n.º XX e inscrito no CPF/MF sob. XXX*), não encontram equivalentes nos textos italianos onde é mais fácil constar um simples *passaporto n.º*. Outros exemplos dizem respeito ao uso de preposições, adjetivos ou pronomes, mais recorrentes nos textos brasileiros, portanto nestes encontram-se expressões como *a mim exibidas; seu bastante procurador; tudo será dado por bem feito, firme e valioso* que «correspondem» em italiano a frases mais sintéticas, simples e curtas como *esibiti; procuratore speciale; tutto con promessa di rato e valido*.

A pontuação é um elemento muito importante neste género textual (assim como o uso de palavras destacadas em negrito e sublinhado): o uso constante da vírgula e ponto e vírgula conduz à figura da enumeração, sobretudo nos textos brasileiros. Além disso, por razões formais e estilísticas, as proposições muitas vezes não aparecem linearmente e há dificuldade em identificar o predicado, porque os vários elementos da frase estão separados e distantes uns dos outros. Por outras palavras, trata-se de frases sem uma sequência linear, mas que apresentam elementos destacados, o que

pode dificultar o reconhecimento do predicado, nomeadamente nos casos em que o predicado é formado por mais de um termo.

A voz passiva é muito frequente em todas as procurações, nas duas línguas: por exemplo, é muito recorrente encontrar verbos como *foi-me dito; foram fornecidos e conferidos; ser exigida; essere stato informato; mi sono stati resi noti; deve essere sottoscritto...*

Analisando os aspetos léxico-semânticos, há termos específicos que é possível encontrar praticamente só nos textos brasileiros como *protocolo, folha, ordem e livro* – dados que não são fornecidos nas procurações italianas e que representam um desafio importante para o tradutor. De qualquer maneira, há muitos tecnicismos específicos quer nos textos brasileiros quer nos textos italianos: *outorgantes, procuração, instrumento, bastante procurador, testemunhas instrumentárias, substabelecer, comarca, contraenti, mandato, procura speciale, atto, Registro delle Imprese, quietanza...* mas encontrar sempre um termo equivalente nas duas línguas não é tarefa fácil pois há elementos culturais que não existem na outra cultura.

Permanecendo ainda no campo terminológico, para concluir, há, tanto nos textos brasileiros como nos italianos, vários arcaísmos (*ove, all'uopo; suso, de per si*) e latinismos (*ex-vi, de iure*) que nem sempre coincidem nas duas línguas; além desses, sobretudo nas últimas décadas, é frequente o uso de anglicismos, mas neste caso não é difícil encontrar uma correspondência nas duas línguas ou um uso análogo das expressões em questão.

No entanto, siglas e abreviaturas apresentam maiores dificuldades. Um exemplo particularmente recorrente diz respeito à sigla brasileira CPF/MF que ocorre em todos os textos: de um ponto de vista de tradução, se pela sigla CPF, que significa *cadastro de pessoas físicas*, é possível encontrar um equivalente cultural no *codice fiscale* italiano, mesmo não tendo exatamente as mesmas funções nos dois países, muito mais problemática é a abreviatura, a saber, MF (Ministério da Fazenda), na prática o órgão governamental (em



funcionamento até 1º de janeiro de 2019)<sup>12</sup> que podia emitir o CPF, assim como para a sigla DAJ (Direção de Assuntos Jurídicos) e a abreviatura *Bel<sup>a</sup>*, que significa *Bacharela*.

### 3. Propostas de apoio à tradução e competências do tradutor jurídico

Aplicando a análise do *corpus* apresentado ao campo de ação da tradução, o tradutor de âmbito jurídico pode seguir alguns passos, algumas etapas do processo de tradução, sempre partindo da uma tomada de consciência dos contrastes e das conformidades entre as duas línguas e culturas. Seguindo os passos propostos por Bhatia (1993) e Prieto Ramos (2009, 2011), que representam um apoio fundamental para o tradutor, o processo de tradução torna-se mais monitorado. Por exemplo, Bhatia, subdivide do seguinte modo o processo de análise: (1) *Situar o género do texto num contexto situacional*, (2) *Investigar a literatura existente*, (3) *Refinar a análise situacional/contextual*, (4) *Selecionar um corpus*, (5) *Estudar o contexto institucional*, (6) *Níveis de análise linguística* e (7) *Informação de especialistas para a análise de género* (1993, pp.22-36)<sup>13</sup>.

Fernando Prieto Ramos (2011), por seu lado, na esteira das teorias de Christiane Nord (1991), propõe o seguinte processo:

---

<sup>12</sup> Apesar do desejo frequentemente presente de neutralizar para tornar o texto altamente utilizável para o especialista italiano, talvez seja necessário insistir na praticabilidade dessa abordagem: já que o número que segue esta sigla faz sentido única e exclusivamente se em relação à sigla original, mantê-la no metatexto, utilizando assim um empréstimo (se necessário seguido de uma breve explicação), torna-se a solução mais adequada para o *Skopos* de uma tradução deste género textual.

<sup>13</sup> «(1) Placing the Given Genre-Text in a Situational Context, (2) Surveying Existing Literature, (3) Refining the Situational/Contextual Analysis, (4) Selecting Corpus, (5) Studying the Institutional Context, (6) Levels of Linguistic Analysis and (7) Specialist Information in Genre Analysis» (Bhatia, 1993, pp.22-36).

This comprises the analysis of the translation brief, including the type of translation, and the communicative situation and purpose of both source and target texts, as well as their contextualization according to three parameters, from more general to more specific (see Prieto Ramos, 2009):

- legal system (i.e. linguistic and geographical coordinates of jurisdictions) [...];
- branch of law (i.e. thematic and statutory coordinates) [...];
- legal text typology according to the discursive situation (legislative, judicial, administrative, etc.), and more specifically, the legal genre (as textual realization of a specific legal function following established conventions in a particular socio-cultural context); this parameter will help identify the procedural *raison d'être*, legal effects and formal discursive conventions of particular genres, before identifying conventions in parallel texts fulfilling the same functions. (Prieto Ramos, 2011, pp. 14-15)

Trata-se de uma espécie de guia que tem a vantagem de focar em particular dois aspetos, que na verdade representam um todo indivisível, isto é, a questão do género textual e, consequentemente, a situação comunicativa e discursiva em que o texto está inserido.

Esses são só dois exemplos de possíveis processos analíticos que preveem a análise macro e microestrutural de textos pertencentes a corpora, sempre a partir do estudo do género textual. Portanto, seguindo esses processos, um último elemento fundamental vem a ser a escolha dos métodos e das técnicas de tradução: trata-se de escolhas profundamente afetadas pelos fatores textuais e pragmáticos que apresentámos na análise do *corpus*, nomeadamente, o escopo da tradução, os ordenamentos jurídicos envolvidos, os destinatários do metatexto, o direito aplicável, o estatuto jurídico da tradução (Wiesmann, 2004, p.83).

Como vimos, a peculiaridade das línguas de especialidade diz respeito principalmente às características do discurso. O tradutor de especialidade, neste caso jurídico, deve ser capaz de compreender, analisar o prototexto, tanto a partir de um contexto linguístico-contrastivo como jurídico-comparativo (Pommer, 2006, pp.153-157), mas também deve saber como usar os recursos disponíveis. Em conclusão, propomos a reflexão de Fernando Prieto Ramos (2011, pp.12-13) que resume as competências que deveria possuir o tradutor jurídico para alcançar o seu objetivo principal: a realização de traduções, meta-textos, «adequados» à situação sócio comunicativa da cultura meta. O autor fala de cinco categorias de competências: 1. Metodológica (que observa a aplicação das outras competências e compreende a análise do encargo de tradução, a macrocontextualização e planificação geral do trabalho, a identificação de problemas, a autoavaliação e o controle da qualidade); 2. Comunicativa e textual (que compreende o conhecimento linguístico, sociolinguístico e pragmático); 3. Temática e cultural (isto é, o conhecimento dos sistemas jurídicos, dos principais conceitos jurídicos e das diferenças entre sistemas e culturas jurídicas); 4. Instrumental (que inclui o conhecimento de fontes especializadas, a gestão terminológica, o uso de textos paralelos e ferramentas informáticas); 5. Interpessoal e de gestão profissional (que se refere ao trabalho em equipa, a interação com clientes e/ou outros profissionais, o conhecimento dos aspetos deontológicos, etc.).

#### **4. Conclusões**

Como referido, este estudo adota a perspetiva do processo de tradução como princípio orientador, portanto a principal finalidade é fazer um confronto entre modos de realização de tais géneros textuais nas duas línguas em questão, o português (em particular PB) e o italiano, que se possa constituir como um apoio ao trabalho do tradutor. Este propósito não está livre de armadilhas e obstáculos,

pois as linguagens de especialidade apresentam sempre peculiaridades e preceitos, e a linguagem jurídica não é exceção dado o seu caráter técnico e específico, mas, ao mesmo tempo, fortemente cultural. Essa complexidade, que parte de uma reflexão sobre os géneros textuais, faz-nos compreender quão fundamentais são as características do discurso numa linguagem de especialidade e é justamente a análise dessas características que se torna imprescindível para a tradução. Os desafios do tradutor de textos jurídicos são, sem dúvida, numerosos, mas a maior complexidade deve-se à necessidade de compreender e analisar o prototexto tanto a partir de uma perspetiva linguístico-contrastiva como jurídico-comparativa.

A necessidade de refletir sobre a tradução jurídica e as questões de ordem comparativa/contrastiva decorre de dois fatores interligados: por um lado, a constatação de que se regista uma escassez de investigação sobre este aspeto na combinação linguística específica do português-italiano, e, por outro, a consciência de que existem diferentes níveis de anisomorfismo cultural, linguístico e jurídico que podem gerar problemas de tradução, que, por sua vez, podem ser melhor afrontados com o contributo de estudos como este que aqui se apresenta.

## Referências bibliográficas

- Adam, J.M. (2017). *Les textes: types et prototypes*. Colin.
- Anthony, L. (2004). *AntConc: a Learner and Classroom Friendly, Multi-Platform Corpus Analysis Toolkit*. IWLeL 2004: An Interactive Workshop on Language e-Learning, pp. 7-13.
- . (2012). *AntConc (Version 3.3.5) [Computer Software]*. Waseda University, 2012. <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/>. Consultado a 10/05/2021.
- Balboni, P. (2000). *Le microlingue scientifico professionale*. Utet.
- Bevilacqua, C. R. (2004). *Unidades Fraseológicas Especializadas Eventivas: descripción y reglas de formación en el ámbito de la energía solar*. Instituto Universitario de Linguística Aplicada (IULA), Universidade Pompeu de Fabra.
- Bhatia, V. K. (1993). *Analysing genre: language use in professional settings*. Longman.

- Bordonaba Zabalza, M. C. (2009). El lenguaje jurídico. In M. V. Calvi, M. C. Bordonaba Zabalza, G. Mapelli & J. Santos López, *Las lenguas de especialidad en español* (pp. 147-170). Carocci.
- Connor, U. (2004). Intercultural rhetoric research: beyond texts. *Journal of English for Academic Purposes*, 3(4), pp. 291-304.
- Cortelazzo, M. (1990). *Lingue speciali. La dimensione verticale*. Unipress.
- Elena, P. (2008). La organización textual aplicada a la didáctica de la traducción. *Quaderns. Rev. trad.* 15, pp. 153-167.
- . (2011). Bases para la comprensión organizativa del texto. *Revista de Lingüística y Lenguas Aplicadas*, 6, pp. 125-137.
- García Izquierdo, I. (2000). *Análisis textual aplicado a la traducción*. Tirant Lo Blanc.
- Gualdo, R. & Telve, S. (2011). *Linguaggi specialistici dell'italiano*. Carocci.
- Holl, I. (2011). *Textología contrastiva, derecho comparado y traducción jurídica: las sentencias de divorcio alemanas y españolas*. Frank und Timme.
- Miller, C. (1984/1994). Genre as social action. In A. Freedman & P. Medway (eds.), *Genre and the new rhetoric* (pp. 23-42). Taylor & Francis.
- Nord, C. (1991). *Text Analysis in Translation: theory, methodology, and didactic application of a model for translation-oriented text analysis*. Rodopi.
- Prieto Ramos, F. (2009). Interdisciplinariedad y ubicación macrotextual en traducción jurídica. *Translation Journal*, 13(4), pp. 1-9.
- . (2011). Developing legal translation competence: An integrative processoriented approach. *Comparative Legilinguistics-International Journal for Legal Communication*, 5, pp. 7-21.
- Pommer, S. (2006). *Rechtsübersetzung und Rechtsvergleichung translatologische Fragen zur Interdisziplinarität*. P. Lang.
- Silva, De Plácido e. (2007). *Vocabulário Jurídico*, (22ª ed.). Forense.
- Sinclair, J. M. (2004). Corpus and Text-Basic Principles. In M. Wynne (ed.), *Developing Linguistic Corpora: a guide to good practice* (pp. 3-22). Oxbow Books.
- Swales, J. (1990). *Genre Analysis*. Cambridge University Press.
- Tognini-Bonelli, E. (2001). *Corpus linguistics at work*. John Benjamins.
- Wiesmann, E. (2004). *Rechtsübersetzung und Hilfsmittel zur Translation. Wissenschaftliche Grundlagen und computergestützte Umsetzung eines lexikographischen Konzepts*. Narr.
- . (2011). La traduzione giuridica tra teoria e pratica. In D. Maldussi & E. Wiesmann (eds.), *TRAlinea Special Issue: Specialised Translation*. Vol. II.